



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: FELIPE BECARI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 24 DE FEVEREIRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Falha na transmissão – Registro prejudicado

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Com a presença da Vereadora Juliana Cardoso e do Vereador Bioto NPN, está aberta a 1ª audiência pública semipresencial da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher no ano de 2022.

Esta audiência pública foi convocada em cumprimento ao disposto do artigo 36 da Lei Federal Complementar nº 141/2012, e tem, como pauta, a prestação de contas das ações e execução orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao terceiro quadrimestre de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, em auditórios *on-line*, *link* auditório virtual.

Foram convidados a participar dessa audiência a Secretaria Municipal de Saúde, o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Conselho Municipal de Saúde.

Estão suspensos os trabalhos por dois minutos, até resolvermos algumas questões técnicas.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Felipe Becari.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Com os problemas resolvidos, estão reabertos os trabalhos.

Além do representante da Secretaria Municipal de Saúde, estão aqui oito munícipes inscritos, representantes de órgãos e comitês, que vão fazer uso da palavra após a explanação do representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Cumprimento, mais uma vez, os representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, há membro do Conselho Municipal de Saúde, que também tem sempre o direito à fala, com tempo um pouco mais estendido, por conta de participar junto com a secretaria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Nobre Vereadora, sem problemas. Se eu me furtei aqui de dizer, perdão. Depois de se manifestar a Secretaria Municipal de Saúde,

representada pelo Chefe de Gabinete, abriremos a palavra tanto para o Ministério Público como para o Conselho Municipal. Fique tranquila.

Tem a palavra o Sr. Armando Luis Palmieri, Chefe de Gabinete que está representando o Secretário Municipal de Saúde, para fazer a sua prestação de contas, com o tempo que achar necessário, com uma previsão inicial de 60 minutos. Seja muito bem-vindo.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente Felipe Becari. Cumprimento, em nome V.Exa. todos os membros da comissão, os renovados e os novos membros de Saúde, que acompanharão com a gente todas as ações de promoção à Saúde aqui da Secretaria. Então, cumprimentamos a todos pela integração na comissão, citando o parágrafo 22.

Passo então a apresentar a prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2021, com encerramento no ano desse exercício.

Essa apresentação foi feita, na última segunda-feira, à Câmara e ao Conselho Municipal de Saúde, aqui da Secretaria. Agora a gente refaz a apresentação à Câmara e a todos os convidados para a audiência.

Comigo estão os Srs. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Adjunto, hoje Secretário em exercício da Secretaria Municipal de Saúde; Sandra Sabino, nossa Secretária Executiva da Atenção Básica; Marilande Marcolin, Secretária Executiva da Atenção Hospitalar; e Ivan Cáceres, nosso coordenador da Assessoria Parlamentar da Secretaria.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Então, passo aqui a fazer a apresentação. V.Exas. devem estar vendo aí uma apresentação do terceiro quadrimestre. Primeiro, dos recursos aplicados no terceiro quadrimestre, falo da execução orçamentária, das receitas e das despesas do ano. Então, aqui estão as receitas arrecadas pelo município. Há aí a arrecadação de quase 55 bilhões de reais dentro do exercício de 2021 pela municipalidade. Nesse mesmo período do ano passado, em 2020, houve 45 bilhões. Ou seja, houve um aumento de 23% da arrecadação do município, o que fez com que a aplicação em saúde tivesse também um

avanço financeiro para as ações de saúde no município. Então, falo do aumento na ordem de 23% somente na arrecadação.

No próximo *slide*, estão as despesas do município com a Saúde. Há aí o orçamento, a despesa corrente na ordem de 15,3 bilhões de recursos empenhados no exercício, com despesa de capital em 304 milhões, totalizando aí 15,6 bilhões de despesas. Dessas despesas totais, 3,7 são de transferências ou de recursos que não entram para o cálculo da aplicação do índice do município em Saúde. Totalizando então as ações específicas do município, em Saúde, falo em 11,9 bilhões, representando 21,29% da arrecadação do município em Saúde.

Então, a Prefeitura destinou 21,29% dos seus recursos em Saúde para o ano de 2021.

Esse índice é muito próximo ao de 2020, que foi de 21,79, mas representou quase 3,5 bilhões a mais da aplicação mínima que o município tem, ou seja, em torno de 20% a maior do que em 2020, em termos de recurso. Falo em 2,2 bilhões de recursos aplicados em Saúde a mais em 2021 do que em 2020.

No próximo *slide*, está melhor representado o percentual da Lei de Responsabilidade, o cálculo da lei complementar 141, com 21,29% nos empenhados e 20,57 no liquidado. Da mesma forma, quando se executou o exercício, então temos aí, do orçamento inicial, que era de 12,8 o atualizado de 16,1 bilhões; o empenhado de 15,6 e o liquidado de 15,04. Isso representa que a Secretaria de Saúde executou do seu orçamento atualizado, 96,92%, um índice bastante razoável de aplicabilidade de seus recursos, ou seja, praticamente tudo que foi destinado à Saúde, ela realmente investiu em Saúde durante o ano de 2021.

Nesse *slide*, aí sim, pela Fonte de Recursos. Vejam que 78% dos recursos são do Tesouro Municipal; 19% foram de recursos federais; 1,53 de recursos estaduais; e alienações e outras fontes da ordem de 1,05, completando os 15,6 bilhões empenhados de recursos na Saúde, durante todo o ano de 2021.

Aí está a composição real dos investimentos, 12,4 principalmente pelo Tesouro

Municipal; 3,2 pelo Tesouro Federal; 262 milhões pela Fonte Estadual; e os outros recursos de menores valores se compuseram durante o ano o Orçamento do Município.

Nesse outro slide vemos um quadro histórico trazendo já a longo prazo, a longo tempo, mostrando como está a evolução da aplicação do Tesouro na Saúde. A relação da tripartite em relação à aplicação dos recursos em Saúde, aqui no Município de São Paulo.

Percebe-se que, em 2021, tem um retrocesso, teve novamente a aplicabilidade histórica que vem acontecendo nos últimos anos, de ser, pelo menos 76% do total dos recursos destinados à Saúde ser do Tesouro Municipal. Esse número mudou em 2020, evidentemente por conta dos recursos adicionais enviados pela União a título das ações de covid, mas, em 2021, esse número já foi bem menos sensível e voltamos ao mesmo patamar, que tínhamos da ordem de 75 a 79% que é a média que vínhamos aplicando nos últimos anos. Então o Município continua aplicando grande parte das ações de Saúde aqui na cidade de São Paulo.

Nesse quadro, vemos o mesmo orçamento distribuído, aí sim, pelas unidades orçamentárias da Secretaria de Saúde. Então as diversas unidades orçamentárias distribuindo seus recursos, ao longo desses anos, com o total da aplicação deles em sua totalidade.

Destacamos aí, nesse caso, o orçamento atualizado do Município em relação ao atual, foi de 25% a maior, evidentemente porque as ações, principalmente de combate à pandemia, trouxeram a necessidade de maior investimento, o retorno né, da aplicabilidade maior das ações de Saúde durante o ano de 2021, principalmente, repito, peças ações de combate ao Covid. Então nós passamos de um orçamento inicial, aprovado pela Câmara Municipal, de 12,8 milhões para um orçamento final, atualizado, ao final do ano, de 16,2%, praticamente 16,2%, com uma execução da ordem de 96,92% desse recurso aplicado, realmente aplicado, empenhado nas ações de Saúde.

Nesse outro quadro, vemos o Orçamento, como foi aplicado nas diversas ações e subfunções da Secretaria de Saúde. As duas evidentemente maiores são as da Atenção Básica do Município e a Rede Hospitalar. As duas receberam incrementos importantes durante

a execução orçamentária do ano por conta e benefício das ações de pandemia e as ações de combate a ela, principalmente, na Atenção Básica, as ações da Vacinação, então estão aí todos os custos relativos à vacinação, e estão aí, incrementados na Rede de Atenção Básica, responsável aí pelo sucesso que o Município teve na aplicação de vacinas durante o ano todo.

E a Rede Hospitalar com seu empenho, no primeiro semestre, passando uma onda da pandemia bastante complexa e que teve a sua suplementação de recursos bastante considerável na rede para a assistência hospitalar e ambulatorial do Município. Então, da mesma forma, o custo da função é o mesmo da execução orçamentária.

Já nesse *slide*, eu trago um recorte das despesas que foram executadas de covid durante os dois anos da pandemia: 2020 e 2021. Vemos, em 2020, uma ação importante das transferências federais, as Fontes 02, com recurso bastante considerável e o Município aplicou, em ações de Covid, destacados o empenho, da ordem de 1,3 bilhões de reais somente nas ações específicas de covid.

Em 2021, esse número passou a 2,1 bilhões de reais aplicados nas ações de covid, com destaque importante da redução das fontes federais, dos recursos federais, e a aplicabilidade, evidentemente, coberta pelo Tesouro Municipal. Em 2020 nós gastamos cerca 300 milhões em ações de covid, o Tesouro Municipal, em 21, passou a executar 1,2 bilhões de reais durante todo o ano para as ações de combate à covid, desde a preventiva - que é a vacinação - até mesmo às ações hospitalares, que foram importantes no primeiro semestre do ano de 2021.

Nesse bloco, demonstramos como vieram os recursos externos para o Município, fora o Tesouro Municipal, como foram as contribuições dos outros entes em relação às receitas aplicadas em Saúde no ano de 2021. Então, no bloco federal, temos um importante número, de cerca de 18% do bloco federal de aumento em relação à prevista, a receita prevista, da qual a grande parte desses recursos foram através dos modos de média e alta complexidade e foram executadas 130% daquilo que estava previsto inicialmente no orçamento do Município. Então é uma fonte importante de recursos que foi utilizada principalmente no combate à Covid; e esses

recursos destinados aos leitos de UTI e manutenção dos leitos do UTI durante todo o ano de 2021.

No bloco estadual, tivemos um aumento considerável pela assinatura de convênios com o Estado, então, tivemos uma representatividade, um aumento da ordem de mais de 500% em cima do arrecadado; e as outras receitas advindas de diversos setores, a redistribuição de recursos dentro do Município da ordem de 93% a maior do que a receita prevista inicialmente. Então, de como vieram as outras receitas que não foram do Tesouro Municipal, ao longo do ano de 2021.

Aqui tem um pouco do detalhamento que nós fazemos normalmente, em relação às principais despesas do Município, aí aplicadas entre pessoal, contratos, prestadores de serviços, parte médica - material médico e medicamentos - que tiveram um aumento considerável, nós praticamente chegamos a quase um bilhão de reais, número esse que anteriores ao ano de 2019 e a anos anteriores, eram da ordem de 500 a 600 milhões por ano. Portanto, o ano passado, o investimento do Município em materiais médicos e medicamentos chegaram quase a um bilhão, foram mais de 900 milhões de reais durante o ano. Foi um grande salto, evidentemente, por conta das demandas que houve da pandemia durante todo o ano.

Da mesma forma, abrimos aqui as despesas em relação às entidades e organizações sociais. Não vou citar os números. São várias as entidades que colaboram com o Município na gestão da Saúde na Cidade. Aqui estão as principais, em ordem decrescente de valores, que foram repassados ao longo do ano, completando a liquidação de 9,6 bilhões que foram repassados para a execução através das entidades e Organizações Sociais pelo Município.

Da mesma forma, os recursos dos prestadores SUS da Atenção Suplementar de Saúde aplicada no Município. São entidades e empresas que passam a prestação de serviços complementares, de serviços complementares da saúde, prestadores esses que têm os recursos faturados diretamente no Ministério e repassados através do Município. Então, é uma

gama grande de fornecedores que chegou à liquidação da ordem de 867 bilhões de reais durante todo o ano de 2021.

Um pouco da nossa aplicabilidade dos recursos dos senhores e outros Parlamentares de outros entes estaduais e federal na participação do orçamento da Secretaria, execução através das emendas parlamentares de modo geral. Nós tivemos, no Município, 333 emendas parlamentares, 61 bilhões de reais destinados à Saúde, sendo que 48 milhões foram aplicados no ano de 2021, mas, evidentemente, algumas ações em andamento ainda passam para a execução, principalmente as de final de ano, durante o ano de 2022. Algumas reformas e obras, com alguns materiais e equipamentos, que iniciaram ao longo do ano passado ainda estão com execução programada para o ano de 2022. O maior volume é para Equipamentos e Mobiliários, quase 17 milhões de reais e, para reformas, 18 milhões de reais. Esses são os dois grandes valores repassados por V.Exas. para a Saúde, com uma execução importante no Orçamento do Município.

As emendas estaduais chegaram a 15 milhões de reais; foram 35 emendas conquistadas pela Secretaria, sendo a maior parte destinada a Custeio do Município, tendo em vista a pressão orçamentária que tivemos durante todo o ano por conta da pandemia, que chegou a 8,7 milhões de recursos estaduais, repassados e executados pela Secretaria de Saúde. Da mesma forma, os recursos federais foram de 63 milhões de reais repassados, dos quais 55 milhões foram para o Município, sendo que parte desses recursos foi para custeio; 25 milhões para Custeio MAC e mais 25 milhões para Serviços Assistenciais Complementares destinados aos prestadores de serviço que fazem todo o trabalho suplementar de serviço para a Secretaria de Saúde.

A partir de aqui, alguns dos importantes equipamentos conquistados por essas emendas. Aos hospitais, o Dr. Alípio e o Dr. Hungria, os Arcos Cirúrgicos; um Tomógrafo Computadorizado ao Hospital Infantil Menino Jesus, um importante moderno em substituição ao antigo para as ações de saúde; 23 macas ginecológicas, que fazem parte do Projeto Território Inclusivo, visando ao atendimento de mulheres com deficiência, espalhadas pelo

Município, além de diversas ações que eu não vou detalhar muito para nós podermos reservar tempo para a participação popular nesta audiência.

Aqui algumas reuniões e conferências que foram executados pela equipe da Secretaria de Saúde.

Da Atenção Básica - Ações e Serviços Públicos em Saúde, foram 652 equipamentos e aqui estão os volumes de consultas realizadas no Município: no ano de 2021, 23 milhões, maiores do que os índices de 2020.

Na área das Especialidades, a compra de 8 equipamentos de realidade virtual por meio da Secretaria Municipal da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência para as atividades nos nossos equipamentos, além de 15 salas de recursos sensoriais também pela parceria da SMPED.

Na Saúde Bucal, o número de atendimento foi de mais de 161 mil em toda a rede do Município. Na Assistência Laboratorial, somente no último quadrimestre, foram quase 5 milhões de exames realizados realizado, com 650 milhões de testes RT-PCR, além do número de Teste Rápido para detecção...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Aqui é um pouco dos números da Secretaria. O total de profissionais do PMM que atua conosco é de 171.

Na Assistência Farmacêutica, foram mais de 9 milhões de pacientes atendidos durante o ano e quase 10 milhões de receitas efetuadas nesse período.

Na Saúde Mental, os teleatendimentos e as visitas domiciliares e demais ações da Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Houve quase 1 milhão de procedimentos efetuados pela equipe de Saúde Mental da Secretaria, do qual mais de 239 mil atividades realizadas por meio de teleatendimento, uma importante ferramenta que hoje já faz parte do atendimento à saúde mental.

Aqui alguns eventos de capacitação da Educação Permanente, principalmente voltados à saúde da população negra, além dos CAPS, importantes equipamentos com

equipes que estão atuando em toda a Cidade.

Na Área Técnica da Saúde da Criança e do Adolescente, a Taxa de Mortalidade Infantil de 2021 ainda não foi divulgada, deve sair por volta de março ou abril; no ano de 2021, foi de 10,1, além de diversas outras ações realizadas seguindo o Protocolo da Primeira Infância com associação da Secretaria de Educação.

Na Atenção à Criança e ao Adolescente Víctima de Violência, ações também ocorreram durante todo o ano.

Estou passando rapidamente para que depois nós possamos ganhar tempo na nossa conversa com a população.

Na Atenção Domiciliar – Melhor em Casa, foram mais de 4.200 pessoas atendidas por essas equipes por meio de critérios de admissão e pela complexidade dos assuntos, que cada uma dessas pessoas tem nas nossas unidades.

Saúde nutricional. Aí também é importante a participação do teleatendimento e das visitas domiciliares a essas pessoas. Então, hoje, 16 mil atendimentos através do teleatendimento que, agora, é uma nova fase da Secretaria da Saúde fazendo esse atendimento de modo digital, bem como as consultas de atenção básica – cerca de 81 mil consultas, especificamente para a saúde nutricional.

Consultório de rua, praticamente, a população vacinada durante todo o exercício. Houve uma busca ativa muito grande dessas pessoas e o atendimento no consultório de rua, quase 283 mil atendimentos em consultas médicas e multiprofissional especialmente para Covid e atendendo toda essa população de rua. Importante serviço da Secretaria de Saúde nesse atendimento, principalmente, no Centro da Cidade.

Saúde Indígena também muito atuante nas duas Unidades Básicas de Saúde que compõem as unidades integradas às aldeias indígenas, cerca de 1960 indígenas cadastrados. A vacinação de toda essa população indígena em números importantes.

A população idosa também. Cerca de 153 mil procedimentos feitos na atenção básica em relação à saúde do idoso de modo geral. Então, uma média grande de idosos

atendidos pela rede de atenção básica.

Outras práticas integrativas e complementares também atuadas em diversos pontos da Cidade. Vemos números importantes de atendimentos nesse setor da Secretaria de Saúde.

Algumas das unidades implantadas nesse quadrimestre – Santa Cruz, Mooca. Diversas UPAs inauguradas durante o último quadrimestre do ano. Outros equipamentos e novas instalações importantes como é o Jardim Aeroporto. Algumas obras em andamento. Esses são projetos que fazem parte do Projeto Avança Saúde, algumas com financiamento do banco e outras com recursos de emendas e outras. São 22 unidades na região Leste; 14, na Sudeste; uma no Centro, UBS Santa Cecília; 8, na coordenadoria Oeste. Então, obras importantes de reestruturação que estão sendo feitas apesar da pandemia em todos os locais da Cidade para melhor atendimento à população.

Algumas obras em andamento: 23, na Norte; 16, na Sul; 5, na Sudeste. Obras finalizadas: 4 na Leste; 2, na Oeste; 31, na Sul; 7, na Norte. Todas essas passaram por reformas consideráveis e estruturantes durante todo o exercício de 2021. Então, um resumo: 49 obras finalizadas; 84 em andamento. Então, números importantes de Unidades Básicas, principalmente, da rede básica e unidades de pronto-atendimento que foram instaladas ou reformadas durante o ano de 2021.

Esses são dados da Covisa, importante setor da Secretaria, com um papel importantíssimo na pandemia. Então, algumas relações de ações como capacitações, orientações técnicas, notas técnicas, boletins, uma série de informes que a população recebeu da nossa transparência para que pudéssemos tomar ações da covid durante todo o ano de 2021. Seria praticamente impossível relacionar todas, mas algumas mais importantes estamos passando.

Alguns dados importantes da arboviroses, então, primeiramente, a dengue. Vejam a diferença enorme entre os índices do Brasil, do Estado de São Paulo em relação à cidade de São Paulo com o coeficiente de incidência sempre muito menor. Então, uma ação muito importante de todo o pessoal da Covisa na prevenção à dengue. Da mesma forma com a

chikungunya. Então, em 21, foram 530 casos notificados: 88 importados e 68 daqui mesmo da Cidade. Mas é um índice de incidência baixo, evidentemente, por conta das ações de prevenção que a Cidade faz durante todo o ano.

Algumas ações que houve da questão da arbovirose durante todo o ano no Município: monitoramentos, ações diretas, capacitação das pessoas em relação a diversos assuntos relacionados aos casos mais agravados na Cidade nos quais a Secretaria de Saúde tem uma atenção especial.

O programa de hepatites virais pela vigilância pelos bancos de sangue. Hepatites virais são números importantes da atenção que temos. Prevenção do *Aedes aegypti*. 2,3 milhões de residências visitadas durante o ano. São quase cinco milhões de ações ocorridas durante todo o ano. São números expressivos dessa equipe de prevenção do *Aedes Aegypti* juntamente com outras Secretarias do Município.

Da mesma forma, outros equipamentos importantes, como LabZoo. Então, 32.900 amostras processadas de zoonoses no Município. Todas processadas por equipes da Saúde do Município. É um laboratório de qualidade de saúde e vigilância atuando em diversas ações nos principais pontos importantes. Passamos também por uma reforma do prédio central da vigilância nesse laboratório. Tem algumas fotos importantes das alterações estruturantes que tiveram nas reformas ocorridas nas nossas unidades não só do atendimento à população, mas também dos servidores públicos que atuam principalmente na área de Vigilância. Então, alguns aspectos importantes nesse sentido.

Toda a parte da saúde ambiental. Amostras coletadas, consumo da água, diversos pontos de consumo de água, amostragem que fazemos para garantir e ter as informações necessárias distribuídas no Município.

Então, alguns números da população exposta à poluentes. Saúde em relação a desastres. Também ações realizadas pela Saúde do Trabalhador. Foram 1.246 fiscalizações em todo o Município, e boa parte relacionada ao ambiente de trabalho durante a pandemia de covid; 11 mil consultas; 382 ações de educação.

Também de importância relacionada à Secretaria de Saúde, a proteção ao animal doméstico, a nossa Cosap. Então, diversos eventos que ocorreram durante o ano e com predominância grande no segundo semestre do ano passado. Foram vários eventos ocorridos em diversas áreas, seja em capacitação e orientação, como também de prevenção, como o combate ao comércio irregular de animais. Várias ações ocorreram no ano passado, em pontos conhecidos da Cidade. Também a carteirinha para a população animal, os animais domésticos. Os eventos que ocorreram durante todo o ano. E diversas ações importantes foram feitas: castração em diversos pontos da Cidade em nossos equipamentos e em locais credenciados para isso. A colocação de microchip também, é importante. Enfim, foram diversas ações, principalmente a intensificação no combate ao comércio irregular de animais.

O Projeto Avança Saúde é o nosso projeto de financiamento que nós temos com o Banco. Então, já foram concluídas 63 obras das 95 que estão cadastradas. Diversas obras, obras de grande porte. E das que já foram concluídas, está a reforma da UPA Maria Antonieta, entregue agora, no final do ano passado, e a UBS Elisa Maria, também entregue recentemente à população. Aqui, uma lista com as diversas obras concluídas pelo Projeto Avança Saúde, obras de menores portes também. Há algumas obras que estão em fase final para entrega. Há algumas obras que serão contratadas agora, com previsão de início para 2022. O edital está pronto e deve sair agora, nos próximos dias. Algumas obras ainda serão licitadas neste primeiro semestre, são várias obras.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Aqui, os hospitais, a distribuição em relação aos partos. Foram 44 mil partos somente nos hospitais municipais. Aí, também, o total de atendimento nesses hospitais, mais de 1,2 milhão de pessoas atendidas na rede hospitalar municipal; 60 mil procedimentos cirúrgicos feitos nos diversos hospitais municipais. Os hospitais de referência para síndrome gripal, hoje nós temos o Brasilândia, o Guarapiranga e o Professora Lydia Storopoli com números de leitos específicos para a covid. Os atendimentos dos pré-hospitalares, em nossas UPAs e prontos-socorros: 2,3 milhões de atendimentos

somente no último quadrimestre, distribuídos por região.

Aí, dados da Regulação, importante setor do Município, que trata da destinação das pessoas, da urgência e emergência. Um pouco dos dados do SAMU. Hoje, nós continuamos atendendo com as 122 ambulâncias, 36 motolâncias, uma central de atendimento toda reformada e já em operação há algum tempo.

Aí, um pouco dos nossos equipamentos, que são colocados em nossas unidades. Aqui, especificamente, a ambulância para obesos e ambulância neonatal também, que são equipamentos específicos.

A nossa Central de Regulação, com investimento importante da Secretaria de Saúde, que trouxe tranquilidade a todo o setor do SAMU, a todos os servidores do SAMU. Há agora um equipamento central com possibilidade de atendimento de excelentes condições.

E o Hospital do Servidor, um pouco das ações. O pronto-socorro que foi todo ampliado e reformado. Quase 12 milhões de recursos aplicados nesse setor, mais o pronto-socorro infantil totalmente remodelado, tendo em vista que com a inauguração da UPA Vergueiro, ela ficou fora do hospital. Então, o pronto-socorro infantil foi remodelado para dentro do hospital. A instalação dos equipamentos de ar-condicionado no centro cirúrgico, que era uma reivindicação antiga dos servidores que ali trabalham. Então, isso possibilitou um melhor atendimento aos servidores municipais. E desde novembro o Hospital exclusivamente para o servidor municipal, tanto é que com a inauguração da UPA Vergueiro isso possibilitou que o Hospital fosse exclusivo para o servidor público. E algumas alas importantes totalmente reformadas, do Hospital do Servidor Público.

Então, acho que é o que tínhamos aqui, muito rapidamente. Se formos conversar sobre os dados da Saúde, nós vamos passar dias aqui conversando. São números importantes. E trago aqui um pouco desses dados, evidentemente, para que a população tenha um pouco da noção da dinâmica da Secretaria de Saúde durante todo o ano de 2021, em particular ao terceiro quadrimestre do ano passado.

Então, volto a falar, Presidente, que estamos à disposição, a equipe toda da

Secretaria de Saúde, para esclarecimentos que forem necessários à população.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado, Sr. Luis Armando Palmieri, Chefe de Gabinete do Secretário de Saúde, Sr. Edson Aparecido. Obrigado pelas informações. Foram suficientes.

Agora passamos, de acordo com o protocolo, a convidar um membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Creio que não tem um representante aqui. (Pausa) Membro do Ministério Público presente? (Pausa) Não. Então, passemos agora ao representante do Conselho Municipal de Saúde. Peço só que se identifique. Tem os minutos que achar necessários para a explanação.

A SRA. MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – Boa tarde a todos, todas e todes. Sou Auxiliadora. Estou na coordenação do Conselho Municipal de Saúde pelo segmento Usuárias e Usuários.

Tinham três nomes para falarem em nome do Conselho, só para questão de informação. Seria eu, o Sr. Deodato e o Rubens. Porém, o Sr. Deodato não conseguiu entrar e, aí, eu colocaria substituição pela Vita Aguiar, que também é Conselheira.

São muitas dúvidas, mas vamos falar apenas sobre algumas questões. A primeira questão é sobre a covid, que me deixa muito preocupada, porque não fala no que foi gasto. Praticamente, quase que dobrou do ano retrasado... Desculpem, eu estou resfriada e a minha voz está meio...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Posso interromper a senhora só um segundinho. Perdoe-me, só para organizar a logística do tempo e da dinâmica. Então, a senhora vai fazer uso da palavra além de mais uma. É isso? São duas pessoas.

A SRA. MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – São mais duas. São três.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Mais duas. São três pessoas, então, representando o Conselho. Como vocês preferem fazer? Preferem fazer uma batida de perguntas, cada uma, e o Chefe de Gabinete do Secretário responde, ou vocês querem fazer

separado, como podemos organizar da melhor forma para que seja mais dinâmico?

A SRA. MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – Eu posso sugerir que os três do Conselho façam suas intervenções e após a Secretaria responde.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Está ótimo. Concordo, porque o Chefe de Gabinete vai anotando as indagações e depois que os três terminarem, passamos a palavra para que responda em uma toada só.

Tem a palavra.

A SRA. MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – Obrigada. Dando continuidade, me assustou agora o valor, houve um aumento do ano retrasado para o ano passado, na questão da covid, é assustador, porque particularmente não vejo nada novo dentro desse cenário. Os leitos já estão separados, alguns hospitais estão exclusivos para covid, entre aspas, nem tem tantos mais hoje. Os serviços que foram abertos têm sempre os atendimentos de rotina, então me assusta esse aumento, quase 1 milhão, porque foram 779, me parece, a diferença.

Então, gostaria que explicasse, não está claro no que foi gasto, se foi em leito, em equipamento, em outros espaços que fecharam e abriram outros, não sei, em RH. Desculpa, não consegui detectar.

Na questão dos 171 médicos, deu uma caída aqui e não deu para pegar direito, foi justamente na hora que ficou muito baixo para mim. Não ficou claro esses 171 médicos dentro do Município, ou é específico em algum projeto.

A questão das reformas das unidades, não diz, só diz as regiões, mas não fala quais são os tipos de unidades, quantas UBSs, quantas AMAs, quantas UPAs e por aí afora.

E mais uma vez, temos uma preocupação na questão de outros, porque todos esses itens, outros, têm valores. Sempre pedimos que seja decifrado esse outros, se é manutenção de equipamentos, se são emergenciais, que deve ter, isso tudo tem que ter nome.

Então, não vou me estender muito, até para dar espaço para os companheiros e companheiras. Desde já agradeço. É sempre importante que haja uma transparência do Poder

Público para a sociedade civil, porque o Poder Público serve a sociedade civil, não é o contrário, nós pagamos o salário de todos, tanto nós, sociedade, como a governabilidade também. Porém, precisamos que seja mais transparente, mais didático e mais direto e objetivo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Os outros estão aí, podem se manifestar. É o Rubens? Tudo bem, Rubens? Muito bem-vindo. Tem a palavra para fazer suas explanações, peço que quando terminar já convoque a próxima pessoa, para passarmos para o representante da Secretaria Municipal da Saúde para responder.

O SR. RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO – Rapidamente, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher; Sr. Armando Luis Palmieri; Ivan Cáceres, como membro e representante da gestão; Vereadora Juliana Cardoso, sempre uma parceira e sempre nos apoiando aqui no Conselho Municipal de Saúde e todos os presentes.

Quero lembrar da seguinte questão, o Conselho Municipal de Saúde em suas prerrogativas tem acompanhado com esforço concentrado, nos últimos três meses, em relação ao RAG 2019, RAG 2020, PAS 2020 e conseqüentemente o Plano Municipal de Saúde. Com um esforço muito grande, que nos demandou três meses, como já disse, de análise de trabalho diário de quase 10 horas por dia de reuniões. E não é nada fácil fazer esse trabalho, o que resultou na rejeição, por parte do Conselho Municipal de Saúde, do RAG 2019, RAG 2020 e PAS 2020, isso tudo acompanhado pelo Tribunal de Contas do Município e pelo Ministério Público. E conseqüentemente a aprovação do Plano Municipal de Saúde, quadriênio 2022/2025, com ressalvas, isso tudo incide sobre a questão dessas apresentações que estão sendo feitas.

Considerando a seguinte questão, o Plano Municipal de Saúde, nós aprovamos com ressalvas, tem de ser publicadas também, não só apenas a questão da aprovação do Plano Municipal de Saúde, porque em conseqüência disso as ressalvas expõem ao público os problemas que encontramos nesse trabalho, onde produzimos acompanhamento da rede

hospitalar essencialmente referente, inclusive, o Hospital Sorocabana. Acompanhamos de perto o Projeto Avanço Saúde do BID, e isso resultou na apresentação das obras de custos por distrito. São muito importantes os distritos, os conselhos de supervisão acompanharem e gostaríamos de deixar bem claro que esperamos que a gestão venha a responder os destaques produzidos e as adequações do Plano Municipal de Saúde. E isso tudo está envolvido nesses próximos quatro anos.

Essas questões são importantes, ressaltando que o Conselho faz esforço concentrado para responder adequadamente sobre as nossas prerrogativas, todo o envolvimento relacionado ao Plano, que é de suma importância e inclui as questões das organizações sociais de saúde que estamos acompanhando. Temos um GT de trabalho exclusivo acompanhando essas questões.

Então, todo esse plano, toda essa apresentação, tem como pano de fundo a questão do Plano Municipal de Saúde, quadriênio 2022/2025. Essa é nossa solicitação, que a gestão venha a adequar as observações que fizemos nessas ressalvas.

Muito obrigado pelo tempo. Agora, me parece que é a Vita, nossa companheira do Conselho.

A SRA. VITA AGUIAR DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos, a pessoa que fez a apresentação e os nossos queridos conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Boa tarde. Muito bem-vinda.

A SRA. VITA AGUIAR DE OLIVEIRA – Então, vou mais na questão de perguntas mesmo. Vi que foi explanado sobre a reforma do Ceci e parece que consta um avanço nessa reforma. No Plano Municipal de Saúde, infelizmente estava constando para o último ano. Então, quando ouço que está sendo colocado agora, gostaria de um esclarecimento maior.

Sinto também na questão dos valores trabalhados com a regulação, não é uma coisa tão clara. Vemos que a regulação ainda é um gargalo para o controle social entender, dependemos do controle da regulação, que até então era o SIGA, não sei se mudou, se continua o SIGA versus CROSS. E a demora desse entendimento SIGA/CROSS faz com que a

pessoa espere muito na fila e entendo também que os recursos para essa finalização também sofrem alteração, porque os exames que são feitos, as consultas que são feitas, também sofrem aumento. Então, gostaria de uma transparência, porque graças a Deus dinheiro tem. Fechamos o ano de 2022 com 77 bilhões, temos dinheiro na Prefeitura. Então, vamos otimizar como gastar.

Outra também que gostaria de ver, não sei se foi colocado no início da explanação, porque não tive oportunidade de entrar logo que começou, é sobre os valores gastos com ações judiciais. E aí gostaria, se foi colocado, a transparência maior desses valores.

Aproveitando que o corpo técnico está aqui junto, trazer para a Mesa – e eu já até comentei isso com o Secretário e com algumas pessoas técnicos da Secretaria – que nós conseguimos colocar no Plano Municipal de Saúde a rubrica para doenças raras.

Então, o que falta agora é sentar com o corpo técnico, também com a Câmara, para a gente colocar valores nessa rubrica para atender os exames das doenças raras.

Essas são as minhas considerações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado. Volto a palavra ao Sr. Armando Luis Palmieri para que responda cada uma das questões.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Ok. A gente vai dividir aqui também um pouquinho das respostas.

No caso das despesas de covid, evidentemente, houve sim uma necessidade de despesas a maior em 2021 do que em 2020 porque o número de atendidos em pico de pandemia que tivemos em fevereiro, março, abril e maio do ano passado foi muito superior às ações de 2020. Então, é natural que as despesas, com a pandemia, em 2021, tenham sido maiores, porque atendemos muito mais pessoas e pessoas que estiveram internadas por muito mais tempo do que no período de 2020.

Nós tivemos uma fase da pandemia totalmente diferente, em 2021, do que no

primeiro exercício, no primeiro ano da pandemia. Então, em 2020, nós conseguimos montar várias estruturas, que ficaram operantes durante todo o ano, houve uma diminuição sensível das despesas das receitas federais em relação à pandemia de 20 para 21; por isso, nós recebemos muito mais recursos para 2020 do que para 2021.

Por muitas vezes, estivemos no limite da nossa capacidade de atendimento, com quase 100% dos leitos de UTI ocupados durante a pandemia de 2021 nessa etapa das variantes que atingiram a população da cidade de São Paulo, quando o número de doentes foi muito superior.

Fora isso, tivemos crise do oxigênio, todo um problema de demanda que foi a nível nacional; também tivemos crise de medicamentos, houve uma necessidade imensa da Cidade em encontrar alternativas para isso. Colocamos usinas em alguns equipamentos – quando era possível – para poder liberar o fornecedor a fornecer aos hospitais, e não às unidades de menor complexidade. Então, nós fizemos vários investimentos em 2021 por conta dessas crises que ocorreram no abastecimento de insumos e materiais durante todo o ano.

As despesas estão inerentes a todas as públicas orçamentárias. Eu fiz apenas um resumo somente para termos uma noção do valor total da aplicabilidade e recursos que foram feitos pelo Município, pela Secretaria, na pandemia em 2021; mas são números que estão espalhados em diversas despesas, não só de atendimento, como também nas despesas com a vacinação, para um montão de pessoas mobilizadas dar conta da demanda da vacinação no Município de São Paulo.

Nós tivemos sucesso, porque mobilizamos as equipes nos sábados, nos domingos, nos feriados. Então, há evidentemente despesas decorrentes dessas mobilizações, além dos insumos: agulhas, seringas; e mobilização de pessoas, transportes. É uma série de despesas que estão, evidentemente, rateadas entre todas as despesas, então é possível de serem rastreadas porque foram desempenhadas dessa forma e é possível ter transparência de todas essas despesas que ocorreram durante o ano de 2021 com relação ao aumento que foi citado pela Sra. Auxiliadora das despesas de covid.

Os 171 médicos, Sra. Auxiliadora, eram do Programa Mais Médicos, foram renovados nesse programa, então, talvez, a senhora não tenha tido a oportunidade de ver o *slide* como um todo, mas mostramos apenas um indicativo do Programa Mais Médico.

O Sr. Rubens citou os diversos instrumentos que a Secretaria produziu, submetidos ao Conselho, dentre os quais, evidentemente, o mais importante é o Plano Municipal de Saúde, que foi construído com bastante dificuldade na fase da pandemia, nas consultas públicas, nas audiências. Foi um esforço grande para que esse diálogo ocorresse e pudéssemos produzir esse Plano Municipal de Saúde consistente para o quadriênio.

Evidentemente, as ressalvas feitas pelo Conselho Municipal estão sendo analisadas e serão possíveis de republicação, já com as ressalvas informadas pelo Sr. Rubens. Estamos tentando processar tudo isso e passará por uma nova publicação.

Como chama a terceira senhora que falou, que não anotei o nome? Sra. Vita, desculpe. Estamos verificando a questão do Ceci, que a senhora citou. Estamos nos comunicando com a Coordenadoria Regional para ter melhores informações sobre isso. Está certo?

No caso do Siga, da conexão, eu pediria para a Dra. Marilande, que cuida da regulação, explicar um pouquinho sobre essa questão. As ações judiciais foram da ordem de R\$ 30 milhões de reais e são ações que recebemos de diversas demandas, normalmente medicamentos de alto custo, que nem sempre são de responsabilidade do Município, mas que o Município acaba atuando para a proteção, evidentemente, do munícipe; e, principalmente, no ano passado, houve uma evolução muito grande das dietas especiais, que foram judicializadas por conta de o Estado ter um retrocesso nas suas entregas. Então, normalmente, as demandas judiciais estão por conta de outro ente que não cumpriu a sua parte; e acabamos cumprindo isso através da ordem judicial, que chegou a R\$ 30 milhões no ano passado, conforme *slide* específico sobre isso.

Eu vou pedir para a Dra. Marilande falar um pouco sobre a questão da CROSS e da regulação.

A SRA. MARILANDE MARCOLIN – Bom dia a todos. Eu queria explicar, primeiro, que o Siga é uma coisa, CROSS é outra coisa. Eu vou começar pela CROSS, que é uma plataforma estadual que regula os casos hospitalares, pré-hospitalares, de transferências e de necessidade de recursos de exame em pacientes que estejam na atenção pré-hospitalar e (ininteligível) o hospital.

Dentro da CROSS, nós usamos um pedaço dessa plataforma que chama CRUE – Central de Regulação de Urgência e Emergência do Município.

Então nós não regulamos a CROSS. A CROSS não compete com o Siga. A CROSS trabalha a regulação de urgência e emergência. A plataforma CRUE, que é um pedacinho desta da CROSS, somos nós do município. E nós trabalhamos a transferência de pacientes que estejam nas UPAs e prontos-socorros para hospitais e inter-hospitais. E nós trabalhamos todas as possibilidades de leitos oferecidos tanto pelos hospitais municípios quanto pelos hospitais estaduais. Então o paciente que esteja numa UPA pode ir tanto para um leito de um hospital municipal quanto para o leito de um hospital estadual, assim como a solicitação, por exemplo, de uma tomografia de um paciente que esteja numa UPA, ou que esteja num hospital precisando de uma ressonância ou de uma endoscopia ou de um procedimento de urgência e emergência. Essa é a função da CRUE dentro da CROSS.

O Siga, por sua vez, continua existindo. É um serviço municipal. E ele trata da regulação das consultas ambulatoriais e de exames ambulatoriais. Algumas especialidades especificamente podem ser agendadas pelo Siga dentro dos hospitais. E 99% das consultas ou da disponibilização de exames do Siga é feito para a atenção básica, para os pacientes que estão nas unidades básicas de saúde e que têm que ter consulta – em outra unidade ou em ambulatório de especialidade, ou no Hospital Dia ou no Rede Hora Certa. E até mesmo exames que são regulados pelo Siga para pacientes que estejam na atenção básica e cujos exames somente são disponibilizados em hospital – por exemplo, tomografia, ressonância, colonoscopia, endoscopia.

Todo o Siga é utilizado para toda a necessidade da rede de atenção básica. A

CRUE é realizada para todo paciente que esteja na atenção pré-hospitalar ou hospitalar, rede de urgência e a urgência. Essa é a diferença entre os dois. Um precisa atuar dentro de 24-48h, no máximo em dois, três dias; o outro tem um prazo maior, porque é um agendamento de consulta e/ou procedimento ambulatorial.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Retornamos, Presidente, para a continuidade das perguntas dos outros participantes. E estamos aqui à disposição sempre do Conselho para que possamos complementar... (Falha na transmissão).

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Está legal. Obrigado.

Então a palavra volta para mim.

Os Vereadores da Comissão presentes... Eu vi, pelo menos, o Vereador Alfredinho, a Vereadora Juliana. Algum desses Vereador, ou outros que eu não citei, quer fazer uso da palavra nesse momento, com relação à prestação de contas? (Pausa)

Bom, não temos oradores com relação à Vereança.

Passemos aos munícipes inscritos.

Temos uma lista de oito pessoas, incluindo o Sr. Márcio, aqui presente, que também terá o direito de fala.

Eu vou seguir a ordem. Até peço que passe a Sra. Silvia para o final, para que terminem os dois, se for o caso.

A primeira inscrita é a Sra. Tainá Matoso de Souza.

Está presente? (Pausa) Não está presente.

Depois eu faço uma segunda chamada.

O SR. JOÃO JORGE – Eu estou presente, Vereador. É que eu estava tentando ligar o fone.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Sem problema, Vereador.

Eu acabei de perguntar se algum Vereador queria fazer uso. Alguém quer?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu quero, sim.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Então pode discorrer, e depois eu prossigo

com esses sete ou oito munícipes inscritos.

Tem a palavra.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada. Boa tarde a todas as Vereadoras e a todos os Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara, e, claro, os conselheiros municipais de saúde, as pessoas que trabalham e sempre são atuantes dentro do que se fala de saúde da cidade de São Paulo.

Eu tenho que discorrer sobre alguns assunto, Sr. Secretário.

O primeiro deles: nós estamos falando hoje, por conta da questão da pandemia e da falta de emprego, que nós temos uma superlotação [de pacientes] e falta de falta de profissionais nas unidades de saúde de toda a cidade. As necessidades de equipes acabam sendo... o quadro delas não está completo, e a situação é muito crítica quando se fala em saúde de família. As unidades com menos de 50% do quadro de funcionários, por exemplo; necessidade de contratação de médicos e outros profissionais, evitando sobrecarga de trabalho.

Nós enxergamos em alguns cenários que os contratos que estão sendo feitos são precários, porque são de PJ. E isso impede o seguimento, prejudicando muito a qualidade.

Nós queremos investimentos nesses profissionais na área de saúde para que acompanhem as suas unidades básicas, que consigam de fato ter ali a vida ativa na sua região.

Outra situação é o desabastecimento de medicamentos e insumos nas farmácias, de modo geral, da cidade. É muito gritante, senhoras e senhores, a falta de medicação de uso contínuo para tratamento de doenças crônicas como o básico – hipertensão, diabetes, asma, os antidepressivos, o básico do analgésico, do antibiótico. E não é por falta de a gente já, inclusive, indicar e colocar em ofício, solicitando que a Prefeitura se posicione nesse sentido.

Relação de saúde de mental: como está a assistência à população nos casos de acompanhamentos dos CAPS e dos SEPs? E nos casos de surto psiquiátricos? Como está a organização da Conferência Municipal de Saúde Mental?

E eu posso dizer, com muita clareza, que nesse período da pandemia nós tivemos muitas notícias de surtos psicóticos. Nós tivemos muita gente que não tinha esse diagnóstico. E se, por conta do isolamento, infelizmente, apareceu. E não tem respaldo. Não tem respaldo. O que tem não é o suficiente. E a conferência municipal é extremamente importante para nós enxergarmos o cenário da cidade de São Paulo.

Região Norte – Pronto-Socorro do 21 de Julho e UBS Elisa Maria: existem tratativas no sentido de o pronto-socorro do 21 de Julho ocupar o espaço da UBS e da UPA Elisa Maria enquanto está ocorrendo reforma, para que ele mesmo se transforme numa UPA 3.

É isso mesmo? Estão sendo avaliados os espaços, o fluxo, a ambulância, o RH necessário, a condição de trabalho, o acesso ao transporte para usuários de toda a região que vai ser utilizado pelo pronto-socorro?

UPA Anhanguera: a sua construção está prevista no BID. Não hipótese de não ser encontrado terreno público até 2022, a verba do BID fica perdida?

Pronto-Socorro Santana: existe tratativa no sentido de o PS Santana ser transferido para o Ambulatório de Especialidades do Tucuruvi? Está havendo algum tipo de diálogo com o conselho gestor e a supervisão técnica de saúde dessa região?

Zona Sul. O PS Antonieta foi inaugurado agora, recentemente. É uma UPA muito grande para a comunidade. No entanto, até o momento, a base do SAMU não está funcionando pelo fato de a obra não ter sido concluída. Então ela teve uma parte inaugurada, faltando a totalidade dela. Não foram compradas as cadeiras e os equipamentos odontológicos. Isso está previsto? Vai ser providenciado. O laboratório do PSF não está funcionando. E agora, no dia 2 de janeiro de 2022, houve um alagamento que gerou uma grande infiltração no prédio. Claro que é novo, foi inaugurado. Então precisamos saber se isso vai ser feito de imediato ou vai ser só ser colocado ali um paninho para fingir que arrumou.

O quadro de profissionais nunca está completo. Foi dito que haveria 13 profissionais: clínico, cirurgião, ortopedista, pediatra. No entanto, a situação ainda é crítica – e vai em relação a primeira pergunta – faltam médicos e profissionais. Está havendo algum tipo

de encaminhamento dos usuários para outro serviço?

Na copa, os trabalhadores não podem ainda aquecer a alimentação porque não tem micro-ondas. Então, não foi inaugurado na totalidade esse serviço que é muito importante para região.

Capela do Socorro: as unidades têm grande déficit de profissionais, há unidades com menos de 50% do quadro de profissionais. Está se falando, por exemplo, da UBS Cantinho do Sol e da UBS Residencial Cocaia. Como está sendo feita essa ação?

Centro: UPA Campos Elísios, na apresentação das contas em setembro de 2021, foi dito que até novembro de 2021 a UPA já estaria funcionando no novo imóvel. Nada aconteceu. não estamos sabendo como está a situação. Podem nos falar?

Oeste: Hospital Sorocabano. É um hospital e quero parabenizar, sim, a Secretaria que fez a ação necessária para o hospital ser municipalizado. Pelo que entendi, sim, foi publicado no *Diário Oficial*. Qual é o plano de reforma? Como irá funcionar esse hospital? Não fomos questionados para falarmos sobre esse assunto nem a Comissão de Saúde. Eu, enquanto Vereadora, Membro da Comissão de Saúde, quero participar dessa discussão. Afinal de contas, estou nesta caminhada do Hospital Sorocabano desde o primeiro dia de mandato. Existe um orçamento previsto para o ano de 2022 para a reforma e funcionamento? As verbas que estão ali, pelo que entendi, iam ser uma parte do BID ou da venda de equipamentos públicos para a construção, o que avançou?

Leste: UBS Tietê II. Existem algumas tratativas no sentido de mudança do endereço da UBS, para que seja colocado outro serviço. Está sendo estudada a necessidade de locação de outro espaço para Tietê II que hoje funciona no mesmo espaço da UBS? Faltam médicos na UBS, ginecologistas, dentistas.

Hoje recebi uma denúncia de um jovem munícipe de 21 anos e queria esclarecer sobre isso: a funcionária disse que ele não podia fazer o teste de covid porque o Ministério da Saúde determinou que jovens não estão mais na lista de teste de covid, caso estejam com sintomas. Eu queria muito que vocês esclarecessem esse fato nesta audiência porque isso é

muito grave.

Segurança nas unidades da região de São Mateus, Secretário. Estamos vivendo um processo, infelizmente, em que as pessoas estão desempregadas, entrando num processo de drogadição por falta de perspectiva. Então, as unidades não só de saúde, mas os equipamentos públicos estão sendo arrombadas, estão levando todos os equipamentos. Qual é o procedimento urgente para a segurança nas unidades, não só em São Mateus, mas acredito nas unidades Leste.

UBS Jardim Helena: como está sendo pensada a UBS e a UPA da região? Será alugado um espaço para transferência da UBS durante a construção? Qual é o caminho da transferência?

Por fim, Secretário, a região Sudeste. Não sei se o Secretário Adjunto está, mas estava no início, não sei se continua. É uma região para a qual fizemos uma emenda parlamentar para a unidade que pertencia à educação, foi para o esporte, era para ser um CDC, mas, por conta da pandemia e de boa parte da diretoria ter falecido, tem um diálogo muito grande com a região Sudeste para que ela seja um CER IV, mas não cabe. Sabemos que tem um CER II que está dentro de uma Unidade Básica de Saúde e que precisa de espaço. Tenho dialogado com o Secretário para saber se a verba prevista na adequação desse equipamento, para o CER II, e, depois, um potencial de CER IV, que assim organizado, irá receber recursos do Governo Federal. Isso é urgente, porque precisamos saber exatamente o que vai acontecer com aquele CDC que hoje está indo para a área da saúde. Queremos saber qual o próximo passo.

Sapopemba: UBS de Vila Prudente. Rede de urgência e emergência: qual é o cronograma de obras para a construção da UPA Sapopemba? Olha a situação da região, Secretário. O pronto socorro de Vila Alpina virou porta fechada; o pronto socorro de Sapopemba é porta fechada, do Governo do Estado. O pronto socorro da região de São Mateus é muito difícil o atendimento. Então, a UPA é emergencial. Como estamos pensando a UPA? Vai construir quando começa, qual o cronograma?

Eu sei que já falei demais, mas a última pergunta é: quais são os estudos e encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde para a implantação da outra UPA de Vila Prudente que também é necessária na região?

Secretário e Presidente, muitíssimo obrigada a todos e a todas que estão aqui. Essas são as minhas perguntas. Estou bem atenta quanto às respostas. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado, Vereadora. Passo a palavra, mais uma vez, ao Chefe de Gabinete Dr. Armando Luis Palmieri, para que possa atender os questionamentos da cara Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. ARMANDO LUIS PALMIERI – Quem fará as respostas é o Dr. Zamarco, nosso Secretário Adjunto, que está substituindo o Secretário nas férias.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Boa tarde, Presidente Becari, participantes, Vereadores; boa tarde, Vereadora. São bastantes perguntas. Se eu me esquecer de alguma, a senhora me lembre que volto a falar.

A SRA. JULIANA CARDOSO – O senhor viu que eu fiz a lição de casa. (Risos)

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Eu vi. Temos nos falado bastante, a senhora sabe disso.

Em relação à falta de profissionais médicos, sabe-se que estamos com dificuldades. O que acontece em relação à estratégia saúde da família, não interessa a nós mesmo termos médicos PJs porque para fidelizar a região e fazer o acompanhamento, tem razão quanto a isso, mas temos um problema de mercado. Você mesmo citou que na cidade toda, em todas as regiões, não temos conseguido fidelizar médicos, principalmente, no período de final de outubro até, mais ou menos, o mês de março que é o período de residência. Então, os médicos que trabalham na estratégia da saúde são generalistas, à medida que chega nesse período, em que se faz algum tipo de especialidade, eles acabam pedindo demissão e saindo para fazerem a residência. Conseguimos recuperar novamente o quadro a partir do final mês de março. Então, essa é uma dificuldade que nós encontramos todos os anos.

A gente faz uma contratação de médico PJ emergencial porque você não está

conseguindo fazer um acompanhamento ideal para essa população e não se pode deixar a população desassistida. Então, a gente permite que se coloque o PJ nesse período de dificuldade de contratação, mas acompanhando de perto isso e cobrando das OSs a contratação por CLT, principalmente a partir do período de março, porque sabemos que eles vão conseguir. Então, essa é nossa estratégia para poder manter o atendimento e não deixar a população desassistida nesse período crítico.

Falta de medicamentos durante a pandemia, principalmente no ano de 2021. Tivemos uma onda muito maior do que na onda de 2020. A quantidade de medicação que utilizamos foi grande. Houve uma dificuldade no mercado, no sentido de comprar alguns medicamentos. Isso já foi regularizado, as UBSs já estão recebendo esses medicamentos. A senhora pode verificar que já não vai haver mais essa queixa, o que aconteceu realmente no final do ano.

Ainda estamos fazendo o acompanhamento junto às farmácias para ver se estão fazendo o consumo mensal corretamente, porque houve um aumento do consumo mensal, principalmente no pós-covid. É importante que as farmácias das 470 UBSs passem essa informação a nível central, porque à medida que o consumo mensal aumenta e isso é informado ao nível central, nós alteramos o nosso sistema de abastecimento e de compra. Então, para evitar que isso ocorra a gente está fazendo uma auditoria e seguindo nas Unidades Básicas durante as próximas semanas, fazendo um acompanhamento bem de perto, uma orientação para que não haja falha nesse controle.

Em relação à saúde mental, vai haver a conferência municipal, que será realizada nos dias 25, 26 e 27 de março. Será na Universidade Uninove Vergueiro. E assim, em relação à saúde mental, a senhora tem razão, houve mesmo um aumento depois da pandemia e nós, preocupados com isso, melhoramos os nossos leitos de psiquiatria nos hospitais municipais. Ampliamos os leitos de psiquiatria. Ampliamos o CAPS III, que também permite uma internação, para que a gente possa dar uma assistência melhor para a população.

Em relação ao PS 21 de Junho, mudado para o Elisa I, isso não vai acontecer. Foi

uma conversa na região, foi trazida essa proposta para o nível central, mas a gente entende que a UPA Elisa I é um equipamento novo que a população está esperando. E ele vai ser inaugurado para aquela região, para atender aquela população.

Quanto ao PS 21 de Junho, nós vamos trazê-lo para a UBS Palmeiras, está bem próximo dele. A UBS Palmeiras, nós estamos alugando uma casa para transferir a UBS uma casa. Durante o período da construção do PS 21 de Junho os funcionários serão alocados na UBS Palmeiras, inclusive fomos verificar algumas modificações que precisam ser feitas nessa UBS.

Em relação à UPA Anhanguera que a senhora falou, nós estamos procurando um terreno e vamos encontrar, já há até algumas propostas que o pessoal do BID está analisando e discutindo com o pessoal da região.

Em relação ao PS Santana com o AE Tucuruvi, foi feita essa proposta, mas nós fizemos uma caminhada para contar a distância, porque primeiro foi falado no gabinete que era um quilômetro de distância, mas a gente pediu para verificar isso. Fica a 4,5 km, muito longe do PS Santana e não faremos essa mudança para o AE Tucuruvi. Não interessa isso para a Secretaria, não achamos que isso resolveria o problema da região. Precisamos encontrar uma solução; ou vamos fazer a reforma do PS para transformar em UPA por etapas, com o PS funcionando, se a gente não conseguir encontrar um imóvel para acomodar o PS naquela região onde ele está localizado durante o período de reforma.

Em relação ao Maria Antonieta, o SAMU já ficou pronto. O que aconteceu é que houve uma inundação. Estive lá na inauguração, é uma região cercada de árvores e as folhas caíram com a ventania e entupiram a calha. Então, instalamos um sistema de rotina de limpeza das calhas para evitar esse tipo de problema durante o período de chuvas.

Em relação à odonto, desde o início do Maria Antonieta, não foi previsto o atendimento de odonto na região. Os atendimentos de odonto serão feitos nas outras unidades ao redor do Maria Antonieta.

Hospital Sorocabana. Houve um processo pelo Estado, ainda não chegou à

Prefeitura a documentação. Ele vai ser cedido, mas ainda estão fazendo a documentação, por isso não iniciamos nenhum projeto ainda. Paralelo a isso, eu particularmente estive - vocês sabem que acompanho isso de perto - no Hospital Sorocabana, fiz duas visitas. Temos uma série de materiais inservíveis que são do Estado, mas esses materiais inservíveis estão penhorados para o processo trabalhista. O nosso jurídico está verificando como poderemos, com o juiz, para que o Estado retire aqueles materiais, se for o caso, e guardem em algum lugar, porque já há esse processo; ou se nós mesmos poderemos tirar.

Então, está havendo um processo jurídico primeiro para tirar todos aqueles equipamentos que estão dentro do hospital para a gente poder fazer isso. Nós conseguimos autorização do juiz para tirar os prontuários, aquela casinha lateral estava cheia de prontuários e cheia de ratos. Já estamos tirando, porque conseguimos uma autorização do juiz para fazer isso. Então, é nesse nível que está andando, a gente ainda não teve nenhum orçamento, nem do BID e nem da venda que está para acontecer no município de São Paulo. Não sei, os próprios Vereadores vão destinar um dinheiro para lá, mas isso ainda não aconteceu.

Esses eventos que estamos fazendo nesse momento são com o nosso próprio orçamento, inclusive já levei um engenheiro. Estamos fazendo um estudo de como seria uma planta naquele local. Mas tudo isso estamos fazendo com o nosso orçamento, porque ainda não recebemos nenhum dinheiro novo para aplicar no Hospital Sorocabana.

Em relação ao Tietê I e II, que tem um CER acoplado, houve uma mudança de coordenadora na região. A coordenadora atual está procurando um espaço novo para mudar o CER e lá só funcionarão as UBSs, no Tietê I e II.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO - Em outro espaço. É. Então, vai deixar de ser CER II para ser CER III num outro espaço. Eles ainda estão procurando lá.

Em relação aos roubos, é assim: em todas as nossas unidades, coordenarias e hospitais temos uma empresa de segurança contratada. Cada vez que essas unidades são roubadas essa empresa tem de repor os materiais roubados, existe um seguro para isso.

Então, a gente entende que estão acontecendo alguns saques em algumas regiões, mas como mantemos uma empresa de segurança, ela tem a responsabilidade quando isso acontece nos respectivos instrumentos de saúde.

O Jardim Helena ainda não tem previsão de quando irá mudar, porque ainda é uma das obras que não iniciarão nesse momento no BID.

A UPA Sapopemba que estava previsto para 2024, a senhora tem razão, nós fizemos um estudo. Eu chamei o BID aqui, eu fiz isso pessoalmente, porque eu já trabalhei no Hospital Benedito Montenegro. Ele tem uma quantidade de pacientes muito grande naquela região. Você tem um vazio para a porta de entrada e é uma população que precisa, nós antecipamos a UPA Sapopemba para 2022.

Seria necessária mais uma UPA na região, até por conta do fechamento da porta do Hospital do Vila Alpina. A gente tem conversado com o Eduardo Viveiros no Estado, mostrando a importância disso para o Estado, a gente não consegue assumir isso sozinho. Essa UPA não foi prevista no BID, então a gente não tem um orçamento para ela. Estamos tentando envolver o Estado nessa pactuação para que a gente consiga ter um equipamento, uma UPA que resolva o problema do fechamento do Hospital Vila Nova Alpina. Em paralelo a isso, quanto à UPA Sapopemba, que está previsto início das obras para este ano, nós temos uma AMA na região, que funcionava 12h, nós aumentamos essa AMA para funcionamento 24h para dar uma ajuda por conta do fechamento do Hospital da Vila Alpina.

Esqueci alguma coisa, Vereadora? Acho que não, né?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então a UPA Vila Prudente também não está prevista?

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Não está.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então, o que irá acontecer, o que é mais presente é a UPA Sapopemba? A Vila Prudente não está prevista ainda para este ano. É isso?

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – A UPA Vila Prudente não está prevista no BID, a UPA Sapopemba, que está prevista no BID, nós estamos adiantando para este ano. A UPA

Vila Prudente, é uma negociação que nós estamos conversando com o Estado para ver se fazemos uma parceria com a Prefeitura, para que consigamos fazer um equipamento naquela região, e teremos de fazer com o nosso orçamento.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Entendi. Secretário e Presidente, eu esqueci de uma fala sobre o ambulatório de especialidades da Ceci, ali na região Sudoeste. Eu queria saber sobre os serviços prestados porque teve uma mudança de fluxo. Quando é que se vai pensar na perspectiva do atendimento, numa reforma predial? Existe orçamento previsto em 2022? Ela vai continuar na gestão direta? Pergunto do Ceci ali da região Sudoeste.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – A Secretária Sandra vai responder para você. Lá, não vamos fazer a reforma pelo BID. Alguns consertos que são feitos, são feitos com verba do nosso Orçamento. E a Secretária ela vai falar um pouquinho do funcionamento para você, está bom, Vereadora?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Okay, obrigada.

A SRA. SANDRA SABINO FONSECA – Boa tarde, Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde.

A SRA. SANDRA SABINO FONSECA – A UBS da Ceci está passando por uma adequação, por manutenção de piso, troca de piso devido ao desgaste, mas é rotina de manutenção, não é uma grande reforma. E nós não mudamos o fluxo do trabalho de lá. O que a gente precisa fazer - e a gente vem planejando com a Coordenadoria do Sudoeste - é melhorar as condições de trabalho do ambulatório porque lá dentro nós temos muitas unidades, e aí fica tudo muito junto, um fluxo confuso para os usuários. Então, vai parar o prédio da UBS Freud, e assim que estiver pronto - lá está tendo um espaço bem mais amplo para ampliar a capacidade de atendimento - nós também estamos procurando um imóvel maior para mudar o UBS Milton Santos porque com o aumento da demanda naquela região, aquela casa ficou pequena. Nós vimos isso com o advento da pandemia, com o aumento da vacinação houve falta de espaço para um atendimento adequado. Então nós estamos procurando uma casa maior para a Milton Santos, mas, por enquanto, não temos a intenção de passar para OS

não, a gente está só readequando os espaços para melhorar o atendimento lá.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Okay, obrigada! Obrigada, Secretária, obrigada Presidente, vou continuar aqui na audiência ouvindo agora os nossos munícipes.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) - Obrigado, Vereadora. Então, dando sequência, faço a primeira chamada da primeira pessoa inscrita, a munícipe Tainá Matoso, se encontra? (Pausa) Não. Passemos então para a número dois, Stefania Stecca, participante de UNAERP, se encontra? (Pausa) Também não. A terceira pessoa da lista é Gabriela Queirós Ribeiro.

A SRA. STEFANIA STECCA – Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Boa tarde. Você tem de três a cinco minutos, se quiser fazer uma explanação.

A SRA. STEFANIA STECCA – Não, eu só gostaria de agradecer mesmo a oportunidade de estar aqui, de vocês estarem esclarecendo as dúvidas do pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado, legal, obrigado por estar acompanhando a gente, isso engrandece o nosso trabalho. Então, passar agora para a Gabriela Queirós Ribeiro. Está aí, Gabriela? (Pausa) Não. Passamos então para o número quatro: Antonio Marcelo de Souza Lima. (Pausa) Também não. Agora é o número cinco: José Claudio Domingos. (Pausa) Não. Por fim, temos duas pessoas aqui na lista, essas duas estão presencialmente. Vou chamar primeiro, pode ser a Silvia? (Pausa) Primeiro será o Márcio Alves de Oliveira, ele participa do Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana. Pode fazer uso da palavra no microfone. Márcio, seja muito bem-vindo, pode fazer os seus questionamentos por alguns minutos, direcionado à Secretaria da Saúde e a seus representantes.

O SR. MÁRCIO ALVES DE OLIVEIRA - Obrigado pelo espaço. Como o Felipe, como o Vereador citou, sou do Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana. Uma série de informações que foram passadas agora, a pedido da Vereadora Juliana Cardoso, já estão sendo perguntadas há alguns meses, inclusive foram protocoladas em janeiro na Secretaria Municipal da Saúde. É importante ter essas respostas, é importante ter essa transparência e

essa transparência deveria ser uma prática cotidiana.

Nesse sentido queria aprofundar com algumas perguntas. A municipalização do Hospital ainda não foi publicada no *Diário Oficial do Município* porque não chegou o processo. Muito bem: em que ponto está o processo? Como está o diálogo com o Governo Estadual? O que falta exatamente? Há uma previsão?

Nós já vivemos alguns processos de municipalização, o Comitê em Defesa do Hospital Sorocabana está pedindo a municipalização já faz muitos anos, e ano após ano a municipalização sempre foi prometida, que estava para sair. Agora que supostamente saiu, não saiu. Então, exatamente, qual é o cronograma? Em que ponto estão as conversas? Outra coisa, foi dito que tem um engenheiro que está vendo o estado das obras.

Lembro-me que no início da pandemia foi dito pelo Secretário Municipal da Saúde que o hospital estava em frangalhos, foi dito que não teria como abrir leito covid no Hospital Sorocabana. Pois bem, dois, três meses após essa fala foram abertos leitos covid. Ou seja, se tem um engenheiro lá, eu quero saber se esse engenheiro ou o se oficialmente esse conjunto de engenheiros vai fazer um parecer técnico para sabermos o real estado do Hospital Sorocabana, e ter um cronograma de acordo com dados objetivos de como está o seu estado real, e para isso é preciso um parecer técnico. E já que tem um engenheiro, tem como fazer esse parecer técnico.

Outra questão, precisamos fazer avançar as questões para que não seja um passo de cada vez, vários passos podem dados ao mesmo tempo. Como estão as negociações junto ao BID? Como estão as negociações para ter recursos para a abertura de um hospital numa região e entorno que não tem nenhum hospital público de referência? Como está esse avanço? Como está com o BID? Como está a preparação do PLOA? Haverá recursos para reabrir o Hospital Sorocabana ou se dirá, em cima da hora, que o Estado demorou para regularizar a situação e, por isso, fica postergado por mais um ano? Isso estará no PLOA e na LOA desse ano? Essa é uma questão importante. Eu já estou terminando.

É importante também avaliar que tipo de hospital a região precisa e, para isso,

precisamos saber da demanda reprimida da região, precisamos, sobretudo, ouvir a população da região, isso é fundamental. O Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana está fazendo isso, e é importante que parta da Secretaria Municipal da Saúde no sentido de entender qual é a demanda de uma região e entorno em que não há nenhum hospital público de referência. A população será ouvida na caracterização de qual será o Hospital Sorocabana que nós teremos?

Por fim, os 30 milhões que partiram aqui da Câmara Municipal, há uma cláusula de garantia de gestão direta. Essa cláusula não é à toa, sabemos o nicho de corrupção que as OSs estão fazendo em toda São Paulo, e isso é muito preocupante. Esperamos que essa cláusula seja respeitada, que haja gestão direta, que haja concurso público, que o Hospital Sorocabana seja 100% SUS, para evitar esse nicho de corrupção que, aliás está avançando inclusive no Conselho Municipal de Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde, que deveria ser independente, e o funcionamento dele, a estrutura fundamental do funcionamento dele está sendo terceirizada pela Prefeitura. Como é que se garante a autonomia de um Conselho Municipal de Saúde numa situação dessas?

É importante, sim, ter um GT das OSs no Conselho Municipal de Saúde, é importante ter CPIs e é importante reverter esse problema político sério que não beneficia a saúde pública na Cidade, no Estado de São Paulo e no Brasil.

Queria que respondesse o mais objetivamente possível a essas perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado, Márcio. Devolvo a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Saúde.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Boa tarde, Márcio.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Eu já comecei a falar um pouquinho, você ouviu os questionamentos da Vereadora Juliana.

Em relação ao ofício que você mandou, ele foi respondido e entregue para a Comissão de Saúde. Não sei se chegou às suas mãos, mas nós respondemos exatamente o que eu vou falar aqui.

Seguindo as suas dúvidas, a documentação está com o nosso jurídico, que está cobrando do jurídico do Estado, que ainda não passou escritura para o Município de São Paulo. Enquanto o Hospital não estiver no nosso nome, nós não podemos tomar nenhuma atitude.

Nós estamos fazendo já algumas atividades no Hospital, essas que eu acabei de falar, que você já ouviu, por nossa conta e risco, porque o Hospital ainda não está no nome da Prefeitura de São Paulo. Mas a gente sabe que vai estar, então, como você mesmo falou, a gente não vai esperar fazer a estrutura para começar a verificar com o juiz se eu posso tirar o prontuário. Já fizemos isso, o juiz já autorizou, já tiramos aquele monte de prontuário, estamos tirando.

Em relação aos equipamentos a mesma coisa, estamos consultando juiz, consultamos juiz do trabalho, verificamos o processo para ver como a gente vai conseguir tirar esses equipamentos de lá. Nós estamos já fazendo várias coisas.

O engenheiro da Secretaria foi comigo, inclusive, pedi para levantar, porque existia uma conversa na região de que o Hospital tinha sido tombado. Nós entramos com uma documentação no Departamento de Tombamento. Não é tombado o Hospital, nós podemos mexer na fachada. Já levantamos isso, já temos esse documento.

Então são várias ações que nós estamos fazendo sem nenhum centavo de lugar nenhum, Márcio, orçamento da Prefeitura, com esse dinheiro que já é um dinheiro curto, como você viu na prestação de contas, que já gastamos verdadeira quantidade de milhões no atendimento da covid, da cidade de São Paulo, para dar um atendimento de excelência, que a nossa população teve no Município e, mesmo assim, não deixamos de fazer as outras coisas, inclusive o Hospital Sorocabana.

Com relação ao Hospital Sorocabana, que a gente fez aquele espaço para covid no

primeiro andar, nós fizemos no primeiro andar porque o Sorocabana... O Estado cedeu o primeiro e o segundo andares do Sorocabana por 20 anos para a cidade de São Paulo. Por isso que funciona uma AMA naquele andar, funciona um hospital-dia e funcionou um hospital de covid no andar térreo, por conta dessa cessão de 20 anos que tinha naquele prédio.

O prédio que o engenheiro viu tem condições de ser recuperado, mas ele vai aproveitar somente o esqueleto dele, vai ser um prédio que vai ter que ser todo remodelado. Ainda não levantamos a condição da estrutura porque precisamos contratar uma empresa para isso. Por isso estamos aguardando chegar o Hospital para o nosso nome, porque isso tem um custo.

Esses 30 milhões que você está falando que vão vir para a Secretaria da Saúde, para você ter uma ideia, pelo levantamos que nós fizemos, isso vai ser gasto praticamente em projeto e em estudos para a viabilização do prédio. Toda a construção daquele prédio está avaliada em mais de 250 milhões, então é bastante dinheiro e não é recurso do BID, porque quando foi feito o pedido de financiamento do BID, esse Hospital não estava no nome da Prefeitura, então ele não pôde ser colocado no Plano Avança Saúde. Hoje, para nós conseguirmos um recurso para esse hospital, nós temos que fazer um novo empréstimo, não dá para utilizar aquele que foi feito.

Quando foi feito aquele empréstimo... O BID, para fazer um empréstimo, nós temos que falar previamente para ele, chegar com o projeto, o que nós vamos fazer com aquele dinheiro. E nós não poderíamos chegar com um projeto de um hospital que nem da Prefeitura era para pedir um dinheiro para fazer uma reforma. Isso não dava para fazer.

Hoje, para fazer uma reforma naquele hospital, vai ser com recursos da Prefeitura, e aí os Vereadores vão nos ajudar a aprovar algum tipo de orçamento para isso, ou vamos fazer um novo empréstimo para aquele hospital. Não existe um dinheiro carimbado hoje para fazer a recuperação daquele hospital.

Em relação a que tipo de atendimento tem lá, nós temos uma dificuldade, como você mesmo falou, tem um vazio assistencial naquela região. Inclusive nós fizemos uma

reunião com o Hospital das Clínicas, foi feita uma reunião comigo e com o Secretário Edson junto com o Hospital das Clínicas, pedindo para que o Hospital Universitário reabra as portas e seja novamente a referência na região. Hoje nós temos somente o Hospital Mário Degni, que é um hospital pequeno. O Oscar está aí. Ah, ele já foi. Já fiz várias reuniões no Hospital Mário Degni. A gente tem feito lá um atendimento, mas não dá para ser um hospital geral de referência da região; ele não aguenta, é um hospital pequeno. Ele está mais virado para o lado da maternidade, que ele nasceu para isso, desde o início ele já faz bastante parto, faz isso muito bem.

Nós precisamos agora arrumar um hospital geral nessa região. Na nossa opinião, teria que ser um hospital geral, mas assim que a gente tiver tudo isso no nosso nome e começarmos a fazer a reforma, isso vai ser discutido com o conselho de gestor da região.

O próprio Secretário e o próprio Prefeito não foram ainda visitar o prédio porque o prédio ainda não está no nome da Prefeitura. A única pessoa que vai lá visitar o prédio, que invade o prédio sou eu, que entro pela porta do fundo para poder ver e poder começar a pensar o que a gente vai fazer naquele espaço, porque ainda não está no nome da Prefeitura, a titularidade.

Não sei se esclareci as dúvidas, se tem mais alguma outra.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado. Vamos chamar a Sra. Silvia Maria Tomasini, lembrando que depois dela ainda tem na lista o Sr. José Antônio Chinelato Zagato. E talvez o Oscar, que assinou, querendo falar. Enfim, agora vamos começar a controlar um pouquinho o tempo, mas tem a palavra a Sra. Silvia no microfone.

A SRA. SILVIA MARIA TOMASINI – Será bem breve a minha fala.

Boa tarde a todos. Aqui quem fala é uma usuária da região da Lapa que participa dos processos de eleição, de votação de todos os conselhos e participou do PLOA, da escolha das questões principais da minha região.

E as questões principais eleitas para a minha região foram duas; foram algumas, mas a principal foi o Hospital Sorocabana, que é o motivo do comitê que eu animo há quatro

anos, eu e meus companheiros dos coletivos Pompeia sem Medo, Lapa sem Medo, Associação Ana Carvalho da Vila Ipojuca, Mava.

Enfim, nós, de todos esses coletivos, representantes da sociedade civil, estamos indignados com a falta de consideração com a nossa população, porque nós participamos dos processos eleitorais e chega na hora de ouvir, ver onde eles estão, as nossas demandas não estão sendo consideradas.

No Plano Municipal de Saúde não tinha uma linha sobre o Hospital Sorocabana. Eu assisti as duas horas de exposição, não teve nada sobre o Hospital Sorocabana, como se não tivesse sido elencado o mais importante para a nossa região. Isso no apagar das luzes de 2021, sei lá, 29 de dezembro foi feita a exposição, se eu não me engano. No dia 8 de agosto, se não me engano, de 2021, saiu pela imprensa toda que se havia conseguido a municipalização que nós batalhamos há quatro anos. Saiu na imprensa e tal. Hoje, aqui, agora, a gente fica estarecida de ouvir que não, que ainda os papéis não estão, os trâmites ainda não foram concluídos. É uma desconsideração absoluta, absoluta.

A consequência disso é que vai o Secretário, pelas portas do fundo, fazer uma vistoria que nós estamos solicitando que seja feita por alguns Vereadores e representantes da sociedade civil, por exemplo, como o Comitê Sorocabana. Essa vistoria tem de ser feita de forma conjunta. Nós queremos e precisamos participar, porque é o nosso dinheiro que tem de ir para lá.

Onde estão os 42 milhões que foram designados no PLOA para o Sorocabana? Onde eles foram parar? E os 30 milhões da venda do Gastroclínica? Como que eles serão empregados? E o dinheiro do BID? Parcialmente tivemos a resposta aqui, mas foi uma resposta nebulosa como sempre. Sempre é a mesma resposta: precisa vir para o ente municipal para a gente tomar posse efetiva.

Bom, mas essa resposta nós estamos tendo há muitos anos e é insuficiente. Nós precisamos de coisa concreta.

A próxima vez, Secretário, que o senhor for fazer uma visita ao Sorocabana, por

favor, nos convoque. Mas nos convoque, porque o Conselho Municipal não nos representa. Ele está nos representando de uma maneira enviesada. É um organismo que está atrelado ao Governo.

O Conselho da Regional Lapa que não convoca a sociedade civil organizada para defender os interesses que foram elencados pela própria sociedade civil organizada, como a abertura do Sorocabana, não pode estar nos representando. Não pode.

Um Conselho que diz que o Sorocabana não pode ser reaberto, o prédio não tem condições e depois, comemora junto com o Governo a reabertura, a municipalização, comemora junto com o Governo a colocação de alguns poucos leitos de covid, conquista nossa de toda população.

Francamente, é muito desgastante essa encenação da democracia. Chega de organismos ditos representativos que estão atrelados, chega. Eu não quero mais saber disso. Eu, como cidadã usuária, estou indignada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado pelas considerações, Sra. Sílvia.

Devolvo a palavra.

O SR. RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO - Por duas vezes foi citado o nome do Conselho Municipal de Saúde. Nós não vamos, agora, aqui, entrar em demanda porque não é o momento, não é o local para isso. Mas eu quero deixar registrado aqui o disparate que essas duas pessoas falaram até agora. Mas isso será resolvido dentro do Conselho Municipal de Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – O Sr. José Antonio Chinelato Zagato, está presente?

O SR. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO – Sim. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Boa tarde, muito bem-vindo. Tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO – Boa tarde, Vereadoras e

Vereadores, Presidente da mesa, cidadãs e cidadãos que estão participando, camaradas do Comitê Sorocabana.

Gostaria de apontar algumas inconsistências, me parece, na narrativa reiterada de problemas na ocupação do Sorocabana. É que me parecem estar em conflito diante do Decreto Estadual de 2016, cuja cópia encaminhei no *chat*, que não condicionava a transferência a um ou outro pavimento, mas à totalidade dos edifícios situados no quarteirão do Hospital Sorocabana.

Portanto, se há um problema administrativo, jurídico, burocrático dessa transferência, nós temos o direito democrático, sob a Lei de Acesso à Informação, a consultar esse processo administrativo.

Porque é muito curiosa, me parece, a rapidez, a diligência com que a Prefeitura firmou contratos de dezenas de milhões de reais durante a pandemia, sem licitação, com organizações sociais para construir hospitais de emergência, que embora necessários, não foram distribuídos pelo conjunto da Capital, enquanto havia edifícios subutilizados. Na verdade, no caso do Hospital Sorocabana, ele era alugado para gravações audiovisuais, mas não para atendimento à saúde.

Esses hospitais de plástico agora já foram desmontados, enquanto isso o Hospital Sorocabana que tem um Decreto desde 2016, portanto, há seis anos, continua sob a narrativa, que me parece bastante inconsistente, de um suposto problema administrativo.

Porque se fosse assim, como que a gente explica que o próprio Secretário Municipal de Saúde já esteve, seja na UBS Vera Cruz, na Pompeia, ou no próprio Sorocabana. Eu tenho fotos com ele, participando junto aos coletivos e do Conselho Municipal Participativo da Lapa, visitando o Sorocabana e vendo que ele não tinha problemas estruturais, até porque senão as áreas do pavimento térreo e primeiro deveriam estar interditadas.

Os problemas do Sorocabana para qualquer técnico em engenharia ou arquitetura são bem mais solúveis com a rapidez e a diligência se assim a Prefeitura quiser.

Muito me estranha que, durante o período de campanha eleitoral, como foi o último,

a Prefeitura divulgue candidatos que vieram a ser eleitos, divulguem que tinham reaberto o Hospital Sorocabana.

De qual hospital está se falando se cinco pavimentos estão fechados? Ali não funciona um hospital geral, tal qual a própria Secretaria já reconheceu, que é necessário para a zona Oeste, em documentos, nada do que eu estou falando aqui não foge ao que está escrito.

Então, reivindico novamente que esta vistoria e o número do processo administrativo seja ele físico ou CEI seja disponibilizado em cumprimento à Lei de Acesso à Informação para que a população acompanhe e entenda quais são os problemas jurídicos e administrativos aludidos, e que a vistoria seja feita de forma participativa como já vem sendo reivindicada pelos conselhos locais de participação social há muitos anos.

É isso. Agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado, José.

Representante, mais uma vez. Vou mudar o *script* um pouquinho, o Sr. Oscar Martins que está nos ouvindo assinou, como já tem essas perguntas que o representante já anotou, vou finalizar a lista para que ele termine essa tomada de respostas para a gente já conseguir finalizar.

Sr. Oscar, ao que tudo indica é isso? O senhor assinou aqui, até com o intuito de fazer algum tipo de questionamento? (Pausa) Se for isso, já tem a palavra. Muito bem-vindo. Obrigado pela participação. Pode fazer o seu questionamento ou dúvida.

O SR. OSCAR MARTINS - Eu sou um conselheiro distrital da região do Butantã. Antes de qualquer coisa, quero deixar bem claro que sou conselheiro, não sou nenhum tipo de militante partidário, não trabalho em defesa da saúde em prol a um partido e sim de uma população de modo geral.

Eu vim aqui com o intuito de fazer perguntas meio diferentes, mas devido à forma como estão sendo colocadas as coisas - eu entrei atrasado -, nessas últimas colocações, por isso que falei que estou aqui na qualidade de conselheiro. Não uso o Conselho para fazer qualquer tipo de aparelhamento para poder beneficiar um partido.

Eu vim falar sobre o Conselho Municipal de Saúde. Eu, como conselheiro, não posso aceitar isso, porque o Conselho Municipal de Saúde está me apoiando muito na região, junto a outros conselheiros, estamos nos sobressaindo através do Conselho Municipal de Saúde.

Não sou um defensor da Secretaria Municipal de Saúde, mas procuro ser o mais justo possível com o pessoal. Veja bem, estão falando do Hospital Sorocabana que é um hospital importantíssimo para a região Oeste.

Quando se fala que ele não é um hospital que a sua estrutura não está em condição, não é a estrutura para aguentar aquele pavimento inteiro. Ele é um hospital totalmente ultrapassado. Tem de ser totalmente reorganizado. Não atende mais às expectativas da população e da evolução que houve no mundo de um modo geral.

O momento que foi usado esse hospital, graças a Deus, ele veio para a mão da Prefeitura. Os últimos trabalhos que foram feitos junto com o Conselho Municipal, com a participação do Rubens Pinheiro, da Bertô e outras pessoas mais, do Conselho Municipal, e não precisou fazer uma militância pesada, houve, sim, a conquista.

Como eu acho que o Secretário falou, aí, o hospital ainda não é nosso. Precisa ser assinado. Aliás, ele até disse: “Nosso, não; é da Prefeitura.” É um hospital que teve, sim, de ser usado em uma situação emergencial, principalmente na pandemia, e ele ainda está sendo usado. No momento em que esse hospital tiver de ser reformado, não precisa vir abaixo, porque tem uma estrutura muito bem feita. Eu, com o conhecimento de obra que tenho, digo que ele não precisa disso, mas sim se adequar. São milhões de reais que não podem ser gastos aleatoriamente se não prepararmos as unidades de saúde e os outros hospitais.

É o Secretário que está aí? Eu vejo só o Dr. Cáceres. Obrigado. Ele me recebeu na semana retrasada e foi muito gentil. Deixo bem claro para vocês que foi tocado, aí, para resgatarmos e abriremos o hospital universitário. Eu e o Ramiro tivemos sérias reuniões com o hospital universitário. Há interesse, sim, do hospital universitário em reabrir as portas. Precisamos fazer um trabalho juntos, Secretário – vocês, aí, e nós, aqui, com o Conselho

Municipal. O Dr. Paulo Margarida saiu agora. É o Prof. Pinhata que está lá. Estão abertas as conversas para nós. Ele mesmo disse que há interesse, sim, em receber até mesmo verbas, por meio da Secretaria, para colocar o hospital para funcionar.

O único questionamento que eu tenho neste momento é em relação ao BID, pois me dói muito, Secretário. O Dr. Ivan Cáceres está aí. Não sei se o Dr. Zamarco também está, porque eu não estou vendo a imagem. Só estou ouvindo a fala de vocês. O BID, para entrar aqui, na região, não foi apresentado para nós, conselheiros. Somente depois, foi tudo decretado. Eu já entreguei os documentos, o questionamento sobre o BID. Como uma senhora falou sobre investigação, eu gostaria que viessem.

Inclusive, a última unidade que foi contemplada, agora, é o Jardim D’Abril. É muito ridícula a forma. Eu tenho certeza de que não foi por parte de vocês, do novo Secretário. Já foi anteriormente. Eu não estou aqui puxando o saco ou fazendo defesa. Eu quero que os demais que estão aí entendam isto: é que, simplesmente, foram indicados mais de seis milhões, recebemos uma unidade de saúde para ser construída aqui e não há necessidade, pois já temos cinco. Nós temos de dividir a área de abrangência. Não levaram isso em conta. Essa unidade vai ficar em torno de nove milhões e pouco.

Estou lutando para que, em vez de se construir essa unidade, se transfira e se construa um CER no local, porque, no CER que nós temos, lá, no AE Peri-Peri, os equipamentos estão todos empilhados, um em cima do outro. Sempre lutei. Esta é a primeira oportunidade que eu estou tendo de explicar essa situação. Então, nós podemos, porque o Dr. Schmidt falou: “Não pode mudar obra de local, mas pode mudar o serviço.” Então, estou aproveitando esta oportunidade e, inclusive, falo ao Secretário, ao Dr. Ivan Cáceres, que está aí, e ao Dr. Zamarco, se estiver.

O Dr. Dimas Covas, em reunião, ofereceu, se arrumassem um terreno no São Domingos, a construção de uma unidade, para que ele recebesse de volta o prédio do CSEB, para aumentar o fluxo de fabricação de vacinas. Ele fez essa proposta sem ônus nenhum para a Prefeitura e perdemos isso por motivos partidários, por motivos políticos. É isto o que não

pode ser envolvido pelos conselheiros: usar a Secretaria, o Conselho Municipal ou os conselhos distritais como aparelhamento de serviços para partidos políticos. É o que acontece muito, aqui, no Butantã.

Então, eu peço: antes que aconteça qualquer tipo de coisa mais grave, o Secretário precisa vir ao Mário Degni. Tive uma reunião com ele e já me falou que virá ao Mário Degni. Deixei a documentação para ele. Tem razão: o Mário Degni não pode ser hospital geral. Temos de mantê-lo como a maternidade, que é o hospital da mulher. Ele é uma referência para mulheres em situação de risco, no modo geral. Não podemos perder essa característica.

Vamos receber uma UPA na região. O Caetano Virgílio vai ser transformado em uma UPA III. Para vocês entenderem, já estão querendo mudar o acordo que foi feito, de iniciar a obra da UPA III, que vai ser ao lado do Hospital Mário Degni. Quando estiver no patamar avançado, no término, para transferir todo o serviço do Band, que é o Caetano Virgílio, quando se chegar ao centro nervoso dele, já estarão querendo fechar a AMA Peri-Peri e levá-la para próximo a Francisco Morato, próximo a mais duas AMAs, uma em cima da outra – sendo que nós podemos ter, na região do Rio Pequeno e na região Munck, provisoriamente, duas AMAs, para poder desafogar tanto o Caetano Virgílio como a AMA Peri-Peri.

Então, o que eu tenho para dizer é isso. Eu solicito uma investigação, pois, agora, a última indicação pelo BID é de um milhão e 90 mil. Um milhão e 11 mil foram para o Caxingui, que é uma casa velha, antiga. Gastou-se todo esse dinheiro lá. São dois milhões e 173 mil para a UBS Vila Dalva e um milhão e 900 e pouco para a UBS São Jorge. Foram totalmente trocados os pisos e foi tudo contemplado, novamente. Em 2019, trocou-se o piso dessas unidades. Por meio de uma emenda de Vereador, até na UBS Jardim D’Abril, que eu mencionei, o elevador foi contemplado novamente pelo BID e eles alegam para mim que não podem mudar, lá, do sacolão, para isso e para aquilo. Estão mudando. Quando há erro por parte das indicações do BID, existe mudança, como no piso. Indicaram um piso que foi trocado no final de 2019, como o da Vila Dalva, também.

Então, nós temos a UBS Butantã, em que chove. São três andares. Era uma escola

e não tem acessibilidade. Não tem energia elétrica. Não tem telhado. A caixa-d'água está prestes a cair e há mato em cima da caixa-d'água. São quase 40m de altura, de caixa-d'água, em quatro vigas, colunas, já próximas de cair, e não deram prioridade.

Nós temos a UBS Jaqueline. Temos a rampa para o terceiro andar. Há vazamento para todo lado e há aquela população. Na região do Butantã, entraram várias pessoas. A média é de 70 mil prontuários por UBS, sem contar aquelas UBSs que têm uma média de 20 a 25 mil prontuários-família. Imaginem: hoje, a contagem feita é de cinco pessoas por família.

Então, nós temos de pensar, na região, em dividir as áreas de abrangência. No Rio Pequeno, nós temos uma UBS a menos de mil metros da outra. O Malta Cardoso II, que querem construir, vai dar em média de 350m a 400m do Malta Cardoso e, por meio de emenda parlamentar, estamos terminando a obra de ampliação do Malta Cardoso, com o segundo andar. Então, tudo isso tem de ser visto.

Já que nós temos uma ampliação que não vai suprir a necessidade, mas vai melhorar o atendimento em 80%, aproximadamente, podemos dividir a área de abrangência com essa unidade que vai ser construída. Já que não dá para mudar, para dividir a área de abrangência, então, que esse local seja transformado para um CER. Não temos, na região, um CER. As pessoas estão morrendo por falta de reabilitação, principalmente em termos de AVC. Existe uma campanha muito grande, constante, sobre o AVC, mas não existe um trabalho feito pelas supervisões técnicas de saúde e coordenadorias. É como o Secretário de Saúde Edson Aparecido disse, em reunião, para mim e para o Ramiro: “Eu sou o Secretário de Saúde. Eu estou aqui para executar e foi a pedido de vocês.” Porém, isso nunca chegou para o Conselho.

Era só isso. Eu peço gentilmente, antes que se destrua o dinheiro indicado pelo BID na região do Butantã, que se possam reaver essas indicações. É só isso. Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Becari) – Obrigado. Fico feliz com a sua participação e com a de todos.

Ouvimos, então, alguns munícipes, a Vereadora Juliana Cardoso, a representante da Secretaria Municipal de Saúde e, também, do Conselho Municipal de Saúde. Assim,

acabamos esgotando, praticamente, o tempo inteiro. Foram quase três horas, então, de audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência, bem como os nossos trabalhos.

Desejo uma boa tarde a todos e um bom resto de semana.